



Eixo: Trabalho, questão social e Serviço Social.
Sub-eixo: Trabalho e expressões da questão social.

TRABALHO AMBULANTE E SUAS FACES NA CONTEMPORANEIDADE

POLLYANA LUZ MACEDO DA SILVA¹

Resumo: O presente artigo focaliza as principais mudanças do trabalho em relação à informalidade. As tendências contemporâneas reacendem as marcas históricas da precarização do trabalho e expõem novos contornos da exploração do trabalho pelo capital. O texto é encerrado com a apreciação da particularidade do trabalho ambulante no contexto da experiência proletária, sinalizando pistas para compreender a vivência desses trabalhadores.

Palavras-chave: Trabalho; Informalidade e trabalho ambulante.

Abstract: This article focuses on the major changes in the work towards informality. Contemporary trends rekindle the historic brands of precarious work and expose new contours of the exploitation of labor by capital. The text closes with the appreciation of the particularity of street work in the context of proletarian experience, signaling cues to understand the experience of these workers.

Keywords: Work; informality and street work.

1 - INTRODUÇÃO

A mola propulsora do capitalismo e as transformações socioeconômicas da sociedade engendram os setores atrasados, localizando-os à margem do sistema, mas que de “marginal” não há nada, pois fazem parte do sistema mundializado e por ele é transmutado. O trabalho ambulante, mediante este modo interpretativo se insere na estrutura da totalidade social capitalista e em seu modo particular do trabalho.

A partir das características e dos elementos trazidos na análise sobre o trabalho ambulante apresentamos que o mesmo se situa no ciclo do capital de modo funcional e a sua contra face é a expropriação social do trabalho de

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: <pollyanaluzmello@hotmail.com>

contingentes populacionais que se inserem nesta atividade. Analisaremos esta temática com maior acuidade nos tópicos abaixo.

2 - O TRABALHO AMBULANTE: DIMENSÕES PARCIAIS E OS FIOS QUE LIGAM À TOTALIDADE SOCIAL

O trabalho ambulante é uma modalidade de trabalho não regulamentado na forma emprego, comumente conhecido como trabalho informal e de larga presença na história brasileira. De maneira geral, os trabalhadores ambulantes estão inclusos no universo dos trabalhadores informais tradicionais, isto é,

estão inseridos nas atividades que requerem baixa capitalização, buscando obter uma renda para o consumo individual e familiar. Nessa atividade, vivem de sua força de trabalho, podendo se utilizar do auxílio de trabalho familiar ou de ajudantes (CACCIAMALI, 2000 apud ALVES; TAVARES, 2006, p. 431).

Na modalidade das atividades tradicionais, Alves e Tavares (2006) classificam as ocupações em “menos instáveis”, “instáveis” e “ocasionais” ou “temporárias”. Em geral, os trabalhadores ambulantes estão situados no segmento dos serviços e, quanto “menos instáveis” mais desenvolvem as atividades por meio de certos conhecimentos adquiridos de geração a geração por relações familiares ou afetivas de proximidade.

Para Conserva, os trabalhadores ambulantes se inserem no campo da informalidade classificados como autônomos ou “por contra própria”. A autora expõe que o trabalho ambulante e as relações e laços associados a ele é semelhante a um ‘labirinto’,

(...) tanto pela visualização do espaço geográfico ocupado por esses trabalhadores – a rua – quanto pela representação de um modo de organizar uma atividade que apresenta o seguinte paradoxo: por um lado, precisa se *expor* na rua para veicular a venda da mercadoria; por outro lado, tem a necessidade de se esconder (tornar difícil o acesso ou a visibilidade, por exemplo, para a fiscalização), devido à condição de informal-ilegal (CONSERVA, 2004, p. 282).

O “saber-fazer” da atividade ambulante é marcado pela diferenciação e heterogeneidade, tanto no âmbito da organização da atividade, quanto nas formas de inserção no trabalho ambulante. Desse modo, a organização requer o mínimo de planejamento e de divisão de tarefas que lhe são inerentes. As formas de inserção dependerão do local de trabalho – se itinerante, fixo ou alocado em lugares fechados – e quanto às relações de trabalho – se ajudante, se proprietário ou sócio.

Assim, é preciso considerar certa hierarquia e subordinação no trabalho ambulante enquanto estratégia de seu saber-fazer. Na prática laborativa do ambulante, há trabalhadores que são contratados, seja como ajudantes; outros são situados como sócios ou parceiros na divisão da compra das mercadorias. Nem sempre é o licenciado² que toma conta da barraca; às vezes o licenciado é “chefe”. Ou casos em que existem trabalhadores ambulantes que possuem várias barracas e até mesmo uma equipe de trabalho. Portanto, sua organização é complexa, com composições das mais variadas formas possíveis, principalmente se levarmos em consideração, trabalhadores de uma mesma família, quando os níveis de hierarquização no trabalho podem se modificar, conforme o grau de aproximação, habilidade e de permanência no trabalho ambulante.

A vulnerabilidade e a precariedade expressa uma condição imanente neste tipo de atividade, pois tem correlação com sua própria lógica de organização interna. Além de que, o gerenciamento da atividade em plena rua “expõe os ambulantes às condições de vulnerabilidade climática (sol, chuva) e às variabilidades próprias de quem ‘tá na rua’ (violência, conflitos inerentes às questões urbanas da vida moderna)” (CONSERVA, 2004, p. 286-287).

De maneira sutil, o trabalho ambulante favorece a ampliação da circulação e realização da mais-valia através da venda das mercadorias. O trabalhador ambulante, de maneira geral, é revendedor de mercadorias em pequena escala, de produtos que são comprados, consignados ou produzidos artesanalmente.

² Licenciado são aqueles trabalhadores que tem a permissão ou concessão para uso e ocupação do solo a fim de exercer aquela atividade naquele local determinado pelo poder público.

Em razão do restrito mercado de trabalho, partes dos trabalhadores sobranes vêm no trabalho ambulante uma maneira de conseguir renda. Muitas vezes, numa trajetória ocupacional marcada pelo movimento pendular, transitando ora no trabalho formal e ora no trabalho informal; conforme as conjunturas econômicas mais ou menos favoráveis à absorção de mão de obra em empregos (MALAGUTI, 2000).

Mas, além da questão do desemprego, estudos mencionam que o trabalho ambulante é impulsionado também pela “recusa ao padrão brasileiro de assalariamento mal remunerado e ‘autoritário’” (BEZERRA, 2007, p. 3), levando em conta que, certos ramos do trabalho informal, a remuneração é superior ao trabalho assalariado. O aumento do trabalho ambulante aparece como saída para a “oferta ‘precarizada’ de postos de trabalho ao nível da renda e das relações de trabalho” (BEZERRA, 2007, p. 7).

Bezerra (2007) analisa a funcionalidade deste tipo de atividade para a acumulação capitalista apontando como

uma funcionalidade genérico-abstrata, remetida ao fato dos vendedores realizarem, com o seu trabalho coletivo, o valor das mercadorias crescentemente produzidas pelo setor industrial. Ao mesmo tempo, verificamos casos em que a funcionalidade também é “concreta”, dado que o vendedor se encontra virtualmente integrado a uma empresa específica, que mascara a subordinação real através do fornecimento de mercadorias por consignação (BEZERRA, 2007, p. 16).

Por analogia, Cardoso (2013) discorre que a economia do sistema capitalista contemporâneo baseado no endeusamento da esfera financeira se associa a uma galáxia a qual contém um buraco negro no centro que lhe dá razão e identidade, isto é, “sua dimensão, sua forma, sua dinâmica (seu movimento). O movimento depende também da massa e da densidade da galáxia” (CARDOSO, 2013, p. 21). Quanto mais próximas do centro e do buraco negro, mais suas estruturas são coesas e densas.

A informalidade neste sistema se encontra em lugares distantes do centro, mas que fazem parte da galáxia e, portanto, é por ela influenciada, pois “têm seu movimento e sua densidade determinados, justamente, pela distância em

relação ao centro e, portanto, definem-se por essa relação distante” (CARDOSO, 2013, p. 23).

O autor chama a atenção para a complexidade e inter-relações que o sistema capitalista produz, movimentando valores em cadeias planetárias. Diante disso, ele afirma que é “ingenuidade imaginar que o camelô da esquina não participa de circuito do capital”, pois o mesmo trabalhador “mobiliza cadeias de valor com vários elementos de altíssima tecnologia extensos em muitos territórios do planeta” (CARDOSO, 2013, p. 25). Incluindo a movimentação das finanças por meio do sistema financeiro com o uso de cartão de crédito na aquisição de mercadorias e nas vendas nas bancas.

Além do circuito econômico, o autor também evidencia a dimensão das relações sociais recíprocas que são estabelecidas em torno do trabalhador informal, com as instituições públicas e seus agentes. Para ele,

Há uma complexa gama de expectativas recíprocas que traz com ela a sociedade inteira na forma de noções bastante bem fundadas sobre o outro: seu lugar no ordenamento social, suas obrigações e responsabilidades, sua ação desejável e, mais que isso, provável. Ambos participam do acordo tácito que vela ao Estado a operação de compra e venda, feita sem nota fiscal, portanto, ilegalmente. Esse acordo é mais propriamente um contrato social, já que todos sabem que é assim que a operação transcorrerá, isto é, sem que o Estado tire dela seu quinhão. O próprio Estado sabe disso, e sua ação (repressora ou leniente) resulta da resposta ao dilema de reprimir o ilícito ou permitir a sobrevivência de comunidades inteiras. Organizar camelódromos e legalizar a atividade, mesmo que a venda continue se dando sem nota fiscal, é resposta padrão em boa parte do Brasil e da América Latina (CARDOSO, 2013, p. 28).

Assim, todas as transações que são estabelecidas na periferia da galáxia, não se diferem das do centro, sendo “tudo isso parte desse elemento de coordenação que é o mercado” (CARDOSO, 2013, p. 28). O autor destaca também que a sociabilidade enquanto parâmetro para a realização das trocas comerciais é coordenada pelas ferramentas da informação e da confiança num sistema bastante complexo e heterogêneo.

Como a estrutura sócio-econômica capitalista nunca engendrou padrões em nível de assalariamento para todos os trabalhadores e como a força de trabalho disponível necessita sobreviver de alguma forma, “a construção de mecanismos não assalariados de obtenção de meios de vida foi e continua

sendo, mais do que uma alternativa almejada, uma necessidade” (CARDOSO, 2013, p. 53), principalmente diante de incertezas ocupacionais e perda de emprego.

O trabalho ambulante no Brasil é uma atividade antiga que já se fazia notória no período da colonização portuguesa e do Brasil Imperial, com a venda de diversos produtos como frutas, doces, pães e bebidas caseiras nas ruas das grandes cidades (FREHSE apud ASSIS, 2010, 326). Na República o ensejo de modernidade burguesa do espaço urbano, principalmente no Rio de Janeiro a partir da Reforma Pereira Passos³ problematizará bastante esses resquícios coloniais do trabalho ambulante. Como se sabe, essa reforma abarcou iniciativas para a organização do espaço público urbano a fim de promover a higienização e embelezamento da capital do país, servindo como paradigma de modernidade urbana. O que atingirá sobremaneira o trabalho ambulante espalhado nos espaços de grande fluxo de pessoas, limitando a ação dos trabalhadores.

Diante disso, Acerbi (2006) ressalta que o comércio ambulante, antes de ser marginal - principalmente para a população negra recém liberta, no século XIX -, se tornou uma espécie de sobrevivência alternativa, tanto política e econômica, como resposta a “sociedade hierarquizada e fragmentada” (ACERBI, 2006, p. 05). Além disso, o autor chama a atenção para a presença marcante de imigrantes europeus na formação desse comércio, reforçando a “pluralidade do conceito de modernidades alternativas” (ACERBI, 2006, p. 05-06).

Mas, isso vem de mais longe, no velho mundo, até mesmo na Idade Média o comércio de rua ocupava as praças públicas, “funcionando à margem das normas estabelecidas pelos poderes oficiais, ou seja, o clero e a nobreza” (ASSIS, 2010, p. 336). No Brasil, a gênese e desenvolvimento do

comércio ambulante expressa uma “modernidade alternativa”, baseada na antiguidade da modernidade brasileira e um legado escravista que não pode ser considerado como incapacitador, mas sim,

³ A Reforma Pereira Passos foi uma série de iniciativas do prefeito Pereira Passos na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX com a finalidade de estruturação e organização do espaço urbano no tocante à urbanização e comércio popular. A referida reforma constituiu um paradigma de intervenção urbana multiplicada para variadas regiões do país. A Reforma Pereira Passos “desterritorializou formas de sobrevivência e de sociabilidade tidas como impróprias. Em seu lugar estabeleceu territórios de alto grau de disciplina e controle: mercados cobertos e feiras livres” (MACARENHAS, 2005, p. 8).

que criou sérias dúvidas sobre a promessa do trabalho “livre” numa economia industrial assalariada (ACERBI, 2006, p. 05).

Tendencialmente há uma produção social do espaço que, ao longo desses séculos, engendra um poder público em conflito com a recorrente proliferação de trabalhadores ambulantes, que na visão burguesa dominante tumultuam a passagem dos transeuntes, além de prejudicarem a beleza da cidade ou prejudicarem os comerciantes estabelecidos. A dinâmica urbana de produção e reprodução do espaço – espaço vivido, representado e concebido – são expressas no binômio conflituoso entre trabalho ambulante e lócus ocupacional: a rua.

As resultantes desse processo conflituoso são variadas, incluindo desde despejos dos ambulantes para cantos remotos da cidade, proibição de trabalho nos grandes centros urbanos, até inserção em edificações ou galpões. Neste último caso, via de regra, com a finalidade de criar mercados e feiras populares para esse tipo de comércio, o que na maioria das vezes, acarreta perdas financeiras para o trabalhador que conta com o fluxo de indivíduos na rua para ter vendas mais arrojadas. O que leva o trabalhador a retornar às ruas, reatualizando o conflito.

Assim, uma das características relacionadas às atividades do trabalho ambulante reside na instabilidade de seu próprio espaço de trabalho, o que reflete na insegurança da renda advinda de seu meio social e de trabalho.

Atualmente, direitos contributivos como os previdenciários estão disponibilizados para os trabalhadores informais, incluindo os autônomos e os trabalhadores por conta própria. Para isso, é preciso que o trabalhador contribua mensalmente para previdência social.

Assim, estes trabalhadores não usufruem dos direitos trabalhistas típicos do sistema jurídico de vínculo contratual, pois não há relação de subordinação entre trabalhador informal e empregador. A participação dos trabalhadores informais na circulação das mercadorias se dá pela compra e consignação de produtos das grandes redes de varejo que são vendidos em lugares movimentados.

Para Silva,

o trabalho do vendedor ambulante insere-se numa dupla perspectiva: de um lado, as estratégias de distribuição de mercadorias de procedência variadas; de outro, as disputas pela ocupação dos pontos de comércio na rua. (...) Trata-se de pensar o trabalho numa perspectiva mais ampla, menos restrita às relações hierárquicas das empresas e mais ligadas às dinâmicas de produção e circulação da riqueza (2011, p. 59).

Nessa perspectiva, o autor analisa o processo de “viração” nas formas de trabalho cotidianas que estão fora do âmbito do assalariamento formal. O autor desloca a atenção para formas não tradicionais de trabalho que buscam uma renda para além do assalariamento. Trata-se de uma “viração cotidiana” das pessoas que se inserem no trabalho informal. Para ele, “viração é entendida como mobilidade lateral entre uma série de atividades contingentes, marcadas pela instabilidade e pela inconstância, assim como entre expedientes legais e ilegais” (SILVA, 2011, p. 59). Este tipo de trabalho está entrelaçado com processos mais amplos, na produção ou circulação de mercadorias, gerando excedentes para quem administra. A pesquisa de Silva (2011) foi capaz de identificar diretamente a relação entre o comércio informal e a indústria de confecções de São Paulo, verificando que a informalidade é peça da cadeia produtiva do setor.

Na verdade, a maioria das pesquisas contemporâneas consultadas enfatizou essa interface. Os laços e simbioses entre “formais e informais” é visto também por Assis (2010), que identifica conflitos entre os comerciantes (considerados estabelecidos) e os ambulantes (considerados como “outsiders”⁴ do sistema formal de trabalho). O direito a exercer a atividade de comércio é dos “estabelecidos”, pois são os proprietários locais. Os ambulantes ficam no terreno da exceção estabelecida por dispositivos legais e/ou administrativos, de tempos em tempos questionados pelos agentes políticos e econômicos hegemônicos na cidade, em cada conjuntura.

Nesta abordagem, o autor identifica

⁴ Ainda que em outro campo teórico essa noção de *outsider* pode auxiliar a compreender parte da experiência do trabalho ambulante. Um “outsider” é “aquele que desvia as regras do jogo” (BECKER, 2008, p. 17), no caso as regras que amparam o proprietário. Neste cenário, o trabalhador ambulante é um intruso que rouba as vendas e os clientes dos estabelecidos comerciantes.

uma reprodução local da exclusão, (...) em que os “camelôs”, deixam de pertencer aos “estabelecidos”, pelo fato de não estarem dentro de uma ordem formalizada, tanto jurídica (sem uma regularização jurídica), quanto economicamente pelo fato de não pagarem impostos (ASSIS, 2010, p. 331).

Para os “outsiders”, a licença para trabalhar como ambulante e a utilização do espaço público para a atividade tem crescido nas cidades, possivelmente, em decorrência da crise do capital que acirrou o desemprego e da abertura democrática que ampliou a politização de problemas sociais dessa natureza, alterando a correlação de forças na sociedade.

A legalização do espaço e a autorização para trabalhar atravessam essas práticas de trabalho e torna mais ambígua a referência de informalidade para o trabalho ambulante. A formalização do lugar e a autorização pública fornecem um tom de legalidade aos trabalhadores ambulantes, eximindo-os de parte das muitas perseguições com força policial.

Por outro lado, os estudos mostram que esse tipo de regularização, portanto, é funcional ao controle social sobre esses trabalhadores no espaço urbano. O termo regularização condiciona apenas à normatização legal com o objetivo de oferecer o título de uso do espaço que é público. Assim, perante o Estado, este trabalhador ambulante apenas está autorizado à utilização do espaço urbano através do pagamento de taxas e impostos. “A autorização, por tratar-se de ato discricionário, poderá ser concedida ou não ao requerente, dependendo do exame de conveniência e oportunidade, por parte do município (...)” (DELGADO, 2005, p. 4).

Na verdade, para investigar o trabalho ambulante parece fundamental compreender que a cidade se apresenta como o lócus ocupacional desses trabalhadores, com as características de um grande “mercado oriental” com suas feiras e tendas espalhadas em vários pontos: “com sua barganha incessante e ruidosa, suas dimensões tácitas e suas manobras ardilosas e habilidades específicas” configuram-se como um “bazar” (RUGGIERO; SOUTH 1997 apud MISSE, 2002, p. 3). Nos países periféricos se desenvolveu uma espécie diferente da cidade moderna tradicional e fordista. “As diferenças de conjuntura e territorialidade de sua história, as continuidades, descontinuidades e

metamorfoses de seus tipos sociais e a reprodução ampliada de seus mercados ilícitos” (MISSE, 2002, p. 3) reproduziu um amplo mercado informal.

Apesar de o trabalhador ambulante ocupar um espaço que é público, acaba transformando-o em seu espaço particular de vendas. Como infere a própria tradução literal do termo “outsiders”: é um estrangeiro ou forasteiro que torna privada uma arena que é de todos. Assim, ressignificam o cenário do espaço público⁵ através dessa ocupação, tanto no âmbito econômico, quanto das relações sociais que estabelecem à sua volta, envolvendo experiências vividas por estes trabalhadores e seus clientes.

A percepção do trabalhador como um invasor do espaço público reforça a estigmatização ideológica que se faz perante a aparência do fenômeno da atividade de ambulante. Deixando na penumbra que o “bazar periférico” envolve trabalhadores que tentam obter condições mínimas de rendimento e dignidade em uma sociedade desigual.

Mas, por outro lado, ao tornar privado o que é público, a situação das vendas ambulantes limita a locomoção dos transeuntes através das montagens de suas barracas ou lonas, que geralmente, são desmontáveis. Sem contar com o aspecto negativo no tocante à estética do espaço urbano com as fileiras de barracas que são instaladas nas calçadas, não sendo muito atrativo aos olhos de alguns consumidores e compradores, principalmente se pensarmos nas péssimas condições das calçadas das grandes cidades brasileiras.

Por outro lado, apesar desse conflito permanente o associativismo não é uma experiência contínua. A heterogeneidade e a fragmentação dos trabalhadores informais é um dos empecilhos para a construção de interesses comuns. Na pesquisa, os autores constataram algumas características peculiares dos trabalhadores informais, entre eles, a ausência de regularização do trabalho como entrave para as linhas de crédito, fazendo com que a perda de capital e de mercado dificulte seu crescimento e organização.

⁵ Assim, “entendemos que o espaço público é *lòcus* de um determinado comportamento, de uma cultura pública, (...) também é lugar de contradições, de problematização da vida social. Por um lado, ele é uma arena onde há debates e diálogos; por outro, é um lugar das inscrições e do reconhecimento do interesse público sobre determinadas dinâmicas e transformações da vida social” (CUNHA, 2009, p. 78).

Por outro lado, esses trabalhadores se caracterizam por experimentar um cenário de insegurança social. Sem amparo em legislação social e sem garantia de estabilidade de rendimento, vivem na urgência do sustento da família. Ao mesmo tempo, essa urgência da sobrevivência reitera as condicionalidades negativas para inserção em trabalho no mercado formal, pois seguem amargando baixa escolarização e falta de qualificação para as demandas do mercado de trabalho e ausência de tempo para procurar emprego. Desse modo, a atividade de ambulante tende a se perpetuar, como herança para diferentes membros da família, ressignificando suas possíveis escolhas profissionais e de vida.

Conforme Cunha (2009), as relações entre os próprios trabalhadores são marcadas por tensões e conflitos que se refletem na disputa pelo espaço público, marcando sobremaneira a subjetividade do trabalhador. Isto é, no espírito de sobrevivência do direito ao trabalho, a lógica da concorrência pelos espaços públicos é repleta de contradições e disputas.

Mas, essas marcas da experiência do trabalho ambulante precisam ser pensadas em suas particularidades. Assis, por exemplo, explicita que a convivência diária entre os trabalhadores informais formam não só a identidade individual, mas do próprio grupo. E, “nessa convivência diária surgem diversos códigos que dão significados e contribuem para a permanência do grupo no local” (ASSIS, 2010, p. 35-36), apesar dos constantes atritos com os comerciantes e autoridades públicas locais. Experiência permeada também pelas “autorizações informais”, através da corrupção que envolve a prática de propinas pagas às autoridades públicas para poderem exercer a atividade. A atividade se encontra no limiar da ilegalidade, marcando com fragilidade e instabilidade o cotidiano ocupacional.

De certa forma, o próprio lócus ocupacional desses trabalhadores caracteriza-se como uma arena de conflitos e tensões entre os sujeitos sociais envolvidos. Segundo Aguiar (2013), os trabalhadores de rua desenvolvem “táticas” e “astúcias” que burlam as leis e acordos firmados entre trabalhadores e agentes estatais. A utilização de “táticas”

se faz porque existe um desacordo entre o espaço praticado por ele e o espaço produzido pelos agentes estatais. E é nas margens desse espaço da heterogeneidade que se dá a ação dos trabalhadores informais, como uma ação que se utiliza da subversão das ordens que a autoridade impõe para que possam, nesse caso, trabalhar (AGUIAR, 2013, p. 3).

Assim, as relações sociais entre os trabalhadores de rua são recheadas de relações de confiança e de estratégias a fim de transitar entre práticas permissivas ou não pelo próprio Estado. Estratégias de confrontação de uma ordenação fundamentada na “desigualdade social e econômica que se evidencia nos conflitos da rua entre os diversos atores posicionados hierarquicamente” (AGUIAR, 2013, p. 18).

Todavia, esse terreno movediço da instabilidade não torna a atividade laborativa de ambulante destituída de habilidades específicas. Enquanto trabalhadores que lidam diretamente com o público, em geral os ambulantes necessitam de artimanhas e estratégias para conquistar sua clientela, principalmente diante da concorrência que se acirra com o aumento de vendedores nas ruas. Assim, eles utilizam o recurso da criatividade, através da fala e dos gestos para despertarem a curiosidade de seus produtos para os transeuntes. Para Maciel “são características peculiares de um povo que utiliza a linguagem cultural no desenvolvimento e estabelecimento de novos caminhos considerando as raízes históricas” (2004, p. 05). Um modo de irem se distinguindo do outro ambulante que carrega a experiência de classe comum do não-direito ao trabalho.

No ambiente de vendas, eles apresentam seus produtos utilizando-se de toda logística aplicável. São verdadeiros “*performers*”, que fazem desses espaços uma apresentação quase que teatral, utilizando de todos os gestos, símbolos e falas possíveis. Esses trabalhadores se mostram com a finalidade de apresentarem sua existência, “como forma não apenas de expressão, mas de expressão para sobrevivência” (MATOS, 2006, p. 4).

Neste campo de simbologias, a criatividade é habilidade para encarar os problemas e pendências de forma diferente do que é usual. Na realidade, o que os trabalhadores ambulantes “praticam é o *Folkmarketing*: ações de promoção que utilizam as manifestações folclóricas e elementos da cultura popular como

tema da estratégia comunicacional” (MACIEL, 2004, p. 6). Os trabalhadores que utilizam deste instrumento de comunicação auferem maiores rendimentos do que aqueles que não o fazem. A disputa e a concorrência por maiores vendas marcam a experiência do ambulante, podendo fraturar a generosidade do companheirismo da classe.

3 - À GUIA DE CONCLUSÃO

A informalidade se situa no cerne do processo contraditório das relações sociais capitalistas. Ao mesmo tempo em que a informalidade é refuncionalizada para as necessidades do modo de produção capitalista, também se volta às reais possibilidades de trabalho e renda dos trabalhadores expulsos do processo formal de produção. Portanto, os achados reforçam a interpretação de que a informalidade é um elemento constitutivo do sistema socioeconômico do capital, na sua versão periférico-dependente.

Diante da crise econômica e de desregulamentação das formas de trabalho assalariado vivido nas últimas décadas, a responsabilidade da reprodução do trabalhador e de sua família é depositada no próprio trabalhador individualmente, através do apelo ideológico às formas de trabalho empreendedoras.

O empreendedorismo movido por ideias inovadoras e de possibilidade de inserção social, articula-se funcionalmente ao movimento do capital. Assim, a informalidade que se configura nas últimas décadas, antes de ser mais uma opção ao trabalhador, é uma nova forma de gerência do capital frente ao rebaixamento dos custos do trabalho e, assim, como ponderou Malaguti “a informalidade não é um celeiro de empreendedores, de pessoas ativas e energéticas, mas sim o refúgio dos sem opção” (2000, p. 68), e dos funcionais à produção do capitalismo periférico. A visão do empreendedorismo se espraia como uma alternativa à emergência do desemprego estrutural.

Assim, as práticas do trabalho ambulante servem à reprodução do trabalhador, “onde a (re)produção do capital se faz necessária a sua existência,

na aquisição de bens que atendem às suas necessidades de produção e reprodução na dinâmica do consumo” (ANDRADE; GOMES, 2003, p. 2). Assim, o trabalhador ambulante está inserido tanto na reprodução dos espaços públicos urbanos repletos de tensões e significados históricos e sociais, quanto nas relações com seus clientes e fornecedores.

Os trabalhadores ambulantes estão situados num universo de trabalhadores que não estão inseridos no mercado formal de trabalho, assim sendo, uma parcela desses trabalhadores está disponível para qualquer momento serem capturados pelo movimento do capital. Desse modo, se tornam funcionais ao sistema à medida que colaboram para o rebaixamento do nível de salários dos trabalhadores formais, configurando como componente do “exército industrial de reserva”.

Por outro lado, o trabalhador ambulante compra as mercadorias para revendê-las e distribuí-las, sendo utilizados como agentes proliferadores para a realização da mais-valia relativa das mercadorias. O trabalhador informal é compelido, por circunstâncias externas a ele, a participar como grande distribuidor/revendedor das mercadorias capitalistas. Mercadorias estas, que são produzidas com alto índice de mais-valia e super-exploração.

O trabalhador no processo produtivo das mercadorias funciona como “agentes produtores de mais-valia”, já o trabalhador informal no processo de circulação das mercadorias é empenhado como “agente direto” realizador complementar da mais-valia produzida na esfera da produção, isto é, agentes participantes da circulação de mercadorias capitalistas. Ressalta-se que o objetivo maior do capital é manter os produtos - mercadorias – circulando o mais rápido possível para a realização e manutenção do ciclo do capital, e os trabalhadores informais participam da engrenagem de circulação requerida.

Segundo Rocha (2006), a “indústria da falsificação” expropria de seus trabalhadores uma mais-valia relativa com altos valores de rendimentos para o capitalista, se aliando a isso a sonegação de impostos e completa ausência de vínculos formais empregatícios, reduzindo ainda mais o custo para a produção das mercadorias e da força de trabalho para o capitalista. E reduzir o custo da

força de trabalho implica dizer que a reprodução desse trabalhador a cada dia se torna mais barato para o capitalista, diminuindo com isso, sua “cesta básica”.

Em outras palavras: moradia, alimentação e vestuário são artigos cada vez mais barateados no mercado mundial pela via da informalização ou da ilegalidade, impulsionando uma retração no nível de custeio de manutenção desse trabalhador. Como resultado tem-se que em menos *quantum* de hora de trabalho, o trabalhador necessita para sua reprodução, e em mais *quantum* de hora restante, que são maiores, são para o burguês, ou seja, um decréscimo no trabalho necessário e um acréscimo no trabalho excedente.

Partindo desse pressuposto, os trabalhadores de rua estão desempenhando a função de trabalhadores improdutivos na cadeia do processo do capital, e enquanto trabalhadores improdutivos apresentam dupla dimensão do trabalho, quais sejam, tem trabalho útil, concreto e trabalho abstrato, pois produz valor, isto é, reproduz o trabalho investido pelo capital, mas não produz a mais-valia. Entender os trabalhadores informais é compreender não só o trabalho, mas as relações sociais em presença no capital, pois para além de pensar o trabalho é preciso refletir um conjunto de relações que atravessam esse trabalho. Enquanto trabalhador improdutivo, este trabalho é trocado por renda e não por capital, pois é improdutivo de mais-valia.

Isso reforça a aparente mistificação de vendedores e compradores iguais no mercado. O trabalhador de rua, no processo de circulação simples, ao invés de comprar para vender conforme os capitalistas; o que o trabalhador de rua realiza é a venda para a compra, ou seja, vende suas mercadorias no comércio de rua para comprar outras mercadorias para sua reprodução enquanto força de trabalho, pois não há geração de mais-valia na circulação conforme pensavam os mercantilistas. Assim, o trabalhador de rua compra de A para vender para B, fechando o ciclo do capital. Este trabalhador, portanto, se encontra na reprodução simples, pois vende suas mercadorias para reproduzir-se enquanto trabalhador.

É nessa trama de relações sociais, políticas e econômicas que o trabalhador informal está inserido, constituindo a teia que move a atividade ambulante através de trajetórias ocupacionais e familiares em busca de suas

condições de produção e reprodução num sistema desigual, injusto e explorador. O capital é capaz de expelir força de trabalho, mas, pelo mesmo processo, adéqua o trabalhador desempregado em outras formas de trabalho mistificadoras - formas de trabalho arcaicas e antigas, porém com um verniz modernizador - que garantam legitimidade à reprodução do capital.

4 - REFERÊNCIAS

ACERBI, P. Legados escravistas, modernidade alternativa: o comércio ambulante no Rio de Janeiro, 1850-1930. In.: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 12., 2006, Niterói. *Anais eletrônicos...* Niterói: Anpuh, 2006. Disponível em <http://www.rj.anpuh.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=303>. Acesso em: 23 mai. 2013.

AGUIAR, A. L. de O. Entre o comércio informal e as margens do ilegal: práticas de trabalho na rua 25 de março. In.: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 16., 2013, Salvador. *Anais eletrônicos...* Salvador: IUPERJ, 2013. Disponível em <<http://www.sbs2013.sinteseeventos.com.br/>>. Acesso em: 14 out. 2013.

ALVES, M. A.; TAVARES, M. A. A dupla face da informalidade do trabalho: “autonomia ou precarização”. In.: ANTUNES, R. (org). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

ANDRADE, E. S.; GOMES, E. T. A. O estudo do comércio informal ao longo dos primeiros eixos de circulação da cidade de Recife-Brasil: a moradia como local de (re)produção do capital, o caso da avenida Recife. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona: Universidad de Barcelona, v. 7, n. 146(044), ago. 2003. Disponível em: <[http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146\(044\).htm](http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146(044).htm)>. Acesso em: 30 mai. 2013.

ASSIS, R. L. Cidade e “Camelôs”: trabalho e identidade em Campos dos Goytacazes. *CSOonline. Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, ano 4, ed. 10, mai./ago. 2010.

BECKER, H. S. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BEZERRA, G. A. das N. Mercadores ambulantes na Zona Sul do Rio de Janeiro: subjetividades e Economia Política. In.: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 13., 2007, Recife. *Anais Eletrônicos...* Recife: IUPERJ, 2007 Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_d ocman&task=cat_view&gid=159&limit=150&limitstart=20&order=name&dir=ASC&Itemid=171> Acesso em: 28 mai. 2013.

CARDOSO, A. *Ensaio de Sociologia do mercado de trabalho brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

CONSERVA, M. de S. O labirinto da atividade na cidade de João Pessoa. In.: ARAÚJO, A. et. al. (org.). *Cenários do trabalho: subjetividade, movimento e enigmas*. Rio de Janeiro: DP & A, 2004.

CUNHA, A. M. Trabalhadores de rua: tensões e resistências na luta pelo direito ao trabalho. *Rev. Katál*. Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 77-85, jan/jun., 2009.

DELGADO, A. P. T. *Aspectos jurídicos do comércio em vias públicas do município do Rio de Janeiro*. In.: Colóquio Internacional Comércio, Culturas e Políticas Públicas em Tempos de Globalização. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em < <http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/aspectos-jur%C3%ADdicos-do-com%C3%A9rcio-em-vias-p%C3%BAblicas-do-munic%C3%ADpio-do-rio-de-janeiro>>. Acesso em: 03 jun 2013.

MACIEL, B.; FERRARI, C.. *Lições de Folkmarketing: A comunicação utilizada pelos vendedores ambulantes no ato da venda de seus produtos*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 27., 2004. Porto Alegre. Anais... São Paulo: Intercom, 2004.

MALAGUTI, M. L. *Crítica à razão Informal: a imaterialidade do salário*. São Paulo: Boitempo, 2000.

MASCARENHAS, G. *Ordenando o espaço público: a criação das feiras livres na cidade do Rio de Janeiro*. Scripta Nova. Revista electrónica de geografia y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2005, vol. IX, núm. 194 (62). Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194-62.htm>>. Acesso em 24 mai. 2013.

MATOS, M. B G. de. *“Senhoras e senhores passageiros”: a oralidade e as representações nas performances de vendedores ambulantes em ônibus de Fortaleza*. In.: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. 29., 2006. Brasília. Anais Eletrônicos... Brasília: Intercom, 2006. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R1121-1.pdf>>. Acesso em: 30 mai. 2013.

MISSE, M. Rio como um bazar, a conversão da ilegalidade em mercadoria política. *Revista insight inteligência*, Rio de Janeiro: v. 3, n. 5, 2002.

ROCHA, F. L. J. *Elementos para a crítica da indústria da falsificação*. Rio de Janeiro, 2006. 158 f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

SILVA, C. F. da. *Viração: o comércio informal dos vendedores ambulantes*. In.: CABANES, Robert... et. al. *Saídas de emergência: ganhar / perder a vida na periferia de São Paulo*. São Paulo: Boitempo, 2011 (Coleção Estado de sítio).